

Isadora de Ataíde Fonseca. *A Imprensa e o Império na África Portuguesa (1842-1974)*. Lisboa: Edições 70. 2019. 352 pp.

Na historiografia brasileira, a imprensa tem ocupado um papel de destaque como fonte para os estudos das mais diversas épocas e temáticas. A escolha por esses suportes deve-se a que os conteúdos produzidos por periódicos, jornais ou revistas não estão desassociados das condições materiais e técnicas das sociedades em que estavam inseridos (T. R. de Luca, “A Revista do Brasil (1916-1944): Notas de pesquisa”, 2008, p. 118).

Ao escolhermos um jornal como objeto de pesquisa, devemos entender a imprensa como um instrumento de manipulação de interesses e de intervenção em uma localidade. Assim, reiteramos, não se deve acreditar nele como mero veículo de informações ou algo isolado política e socialmente em sua comunidade (M. H. Capelato & M. L. Prado, *O bravo matutino: Imprensa e ideologia no jornal “O Estado de São Paulo”*, 1980, p. XIX). É a partir destas considerações iniciais que está inserida a obra *A Imprensa e o Império na África Portuguesa (1842-1974)* de Isadora de Ataíde Fonseca. O livro foi fruto do seu doutoramento em Sociologia da Cultura do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e, recorrendo às teorias da comunicação, das ciências políticas e da sociologia, demonstrou como a imprensa e o jornalismo contribuíram nas contestações, dilemas, colaborações e associativismo nas colônias portuguesas.

A publicação encontra-se dividida em introdução e três partes. Cada uma das unidades que compõem a obra configura-se a partir da perspectiva dos regimes políticos instituídos em Portugal entre 1842 e 1974: Monarquia Constitucional (1842-1910), República (1910-1926) e Estado Novo (1926-1974).

Em sua introdução, Isadora Fonseca buscou explicar a escolha do conceito de África Portuguesa que se refere “às cinco colônias africanas sob domínio formal português até 1974: Cabo Verde, Angola, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Guiné” (2019, p. 16). A autora entende que essas localidades foram onde os portugueses marcaram sua presença desde o século XV e mantiveram o tráfico como principal atividade econômica e comercial até o século XIX. Assim, percebe-

-se que a autora não está construindo uma história da imprensa africana, mas buscando compreender o papel da imprensa dentro das resistências, contradições e colaborações locais existentes dentro do Império Colonial Português.

O surgimento da imprensa na África ligou-se ao processo de colonização. Os primeiros impressos vinculavam-se aos europeus, que publicavam para a sua própria sociedade local. Os precedentes do seu aparecimento se deram no final do século XVIII, mas seu desenvolvimento ocorreu ao longo do Oitocentos. Entre os primeiros jornais podemos citar o *Annonces* (1771), nas ilhas Maurícias, *Capetown Gazette and African Advertiser* (1800), na Cidade do Cabo na África do Sul, e o *De Zwid Afrikaan* (1830), também na África do Sul (A. P. Quintero, *História da Imprensa*, 1996, p. 619). Uma importante característica do aparecimento da imprensa no continente africano era sua ligação à atividade missionária. Os clérigos cristãos (católicos e protestantes) buscavam transmitir por via escrita as várias línguas faladas e, a partir disso, importantes manuais e dicionários de línguas locais apareceram ao longo do Oitocentos (A. P. Quintero, *História da Imprensa*, 1996, p. 620). De acordo com Antonio Hohlfeldt (*“Imprensa das colônias de expressão portuguesa: Primeira aproximação”*, 2009, p. 143), a implantação e o desenvolvimento das imprensas coloniais se deram em três períodos distintos: 1) imprensa oficial, que data da criação dos respectivos boletins oficiais até o surgimento de jornais com distanciamento da autoridade política colonial; 2) imprensa livre, onde se desenvolveram jornais com maior autonomia e ocorreu a profissionalização inicial da atividade jornalística e 3) imprensa profissional, quando os periódicos se tornam um meio de sobrevivência para seus gestores e possuem gráfica própria para sua edição.

Na primeira parte, *A Imprensa na Monarquia Constitucional*, Isadora de Ataíde Fonseca salientou que no Império Colonial Português, o surgimento da imprensa nas colônias ocorreu de forma tardia, com um atraso de três séculos, se comparado ao Império Espanhol. A primeira colônia portuguesa a instalar uma tipografia foi o Brasil, com a vinda da família real em 1808. Nas demais colônias, especialmente em África, a tipografia foi introduzida mais tarde: Cabo Verde (1842), Angola (1845), Moçambique (1854), São Tomé e Príncipe (1857) e Guiné (1879). Os boletins oficiais foram os primeiros órgãos de imprensa de cada colônia e davam apoio à legislação colonial, noticiavam fatos administrativos e religiosos, incluíam também textos literários, principalmente poemas e, eventualmente, crônicas ou contos. A lei que criou os boletins oficiais foi instituída por D. Maria II, em 7 de dezembro de 1836, e a publicação ficou sob a inspeção de cada governador geral.

Na segunda metade de Oitocentos, as motivações para a atividade jornalística em África se diversificaram. Em linhas gerais, a imprensa continuava sendo um produto europeu para europeu, mas ocorreu o aparecimento em algumas localidades do desejo da população nativa de ser informada sobre o que acontecia localmente.

Vale ressaltar que o jornalismo nas colônias portuguesas possuía um perfil político: ora de exaltação ao regime constituído ou de denúncias das mazelas da administração perpetradas em África. Outra característica marcante dos periódicos, assim como aconteceu na Europa e no Brasil, é que eles foram espaços das primeiras expressões literárias que estavam germinando nos espaços coloniais.

No Oitocentos, as políticas coloniais portuguesas foram marcadas pelo impacto da independência do Brasil, o fim do absolutismo com os processos de guerras civis portuguesas e os projetos de construção de um Império Português em África. Em finais de século, o colonialismo português foi remodelado devido às novas dinâmicas imperialistas que aconteceram no continente europeu. Neste momento, houve o aprofundamento das relações comerciais entre Moçambique e Transvaal, aumento das exportações de Angola e o aparecimento da Sociedade de Geografia de Lisboa, que iria impactar as políticas coloniais nos últimos decênios da Monarquia.

Diferente de Angola e Moçambique, o restante das colônias portuguesas em África passava por uma estruturação diferente. Em Cabo Verde, aconteceu a abolição do regime de morgadio e uma forte diáspora para as roças de São Tomé. Na Guiné, após sua separação administrativa das ilhas cabo-verdianas (1879), houve o fim do tráfico e a abolição da escravatura, que causaram uma decadência do comércio local. Nas ilhas de São Tomé e Príncipe efetuou-se um rápido incentivo ao crescimento de roças produtoras, que eram “Estados” dentro do território colonial, que foram abastecidas por mão de obra oriunda, principalmente, de Angola.

Essas características próprias de cada espaço colonial influenciaram no aparecimento e desenvolvimento da imprensa em suas respectivas localidades durante a Monarquia Constitucional. Em Cabo Verde, o *Boletim Oficial* teve uma regularidade a partir de 1850 e os secretários de governo eram seus redatores. Houve o aparecimento de uma imprensa independente que ajudou na construção da “invenção” da identidade mestiça cabo-verdiana que se opunha a Portugal e a África.

Em São Tomé e Príncipe e na Guiné, sabemos apenas do aparecimento dos boletins oficiais devido à falta de fontes sobre a imprensa no período. Isadora de Ataíde Fonseca advoga que essa característica se deve à falta de uma elite organizada com o mínimo de recursos e de uma formação educacional. Além disso, no

caso específico da Guiné, seu território colonial ocupava uma posição “marginal” no contexto do Império Colonial Português.

Na segunda parte, *Imprensa na República*, a autora salienta que com o advento da República, acreditou-se em mudanças significativas nas políticas coloniais portuguesas em relação a África. Entretanto, percebe-se que ao longo dos anos de 1910 a 1926 houve poucas alterações nas questões administrativas nas colônias. O período de 1910 até 1919 foi marcado pela conclusão das campanhas militares nas colônias, a defesa de uma política de descentralização administrativa e o combate à influência alemã em África. Ao final do segundo decênio do século XX, aconteceu um fortalecimento do interesse público pelas colônias africanas em prol do desenvolvimento econômico de Portugal.

Em África, a imprensa consolidou-se como um espaço privilegiado das forças sociais e políticas: ora contrárias às práticas administrativas, ora com caráter mais colaboracionista com o colonialismo. Foi um momento de fortes agitações nos territórios coloniais, pois expandiram-se as políticas assimilacionistas portuguesas com os chamados Estatutos dos Assimilados, as representações parlamentares das colônias aumentaram e amplificou-se o associativismo nas colônias e de africanos em Lisboa que reforçaram a imprensa como um espaço de luta política. Além disso, a imprensa sofreu fortes censuras e problemas de circulação devido às legislações vigentes.

Nas colônias se proliferaram associações de reivindicações das demandas africanas. No arquipélago de Cabo Verde, em 1913, fundou-se a Liga Cabo-Verdiana, que posteriormente mudou o nome para Órgão do Partido Republicano Português (1915) e tinha como pauta a defesa dos interesses da localidade. Na Guiné, em 1910, apareceu a Liga Guineense, que buscou criar escolas e trabalhar para o desenvolvimento da colônia. Nas ilhas de São Tomé e Príncipe surgiu a Liga dos Interesses Indígenas (1910), que foi legalizada pelo regime republicano no ano seguinte.

O surgimento dessas associações refletiu as publicações jornalísticas do momento que criticavam o colonialismo português e defendiam maior autonomia para as localidades. Em contraste a isso, apareceram diversos jornais em apoio ao Regime e administrações instituídos. Em Cabo Verde verificou-se o aparecimento de diversos jornais de apoio a governadores e ataque às ideias de independência da localidade como, por exemplo, os noticiários *O Independente*, *O Progresso*, *O Futuro de Cabo Verde* e *A Voz de Cabo Verde*.

Já em São Tomé e Príncipe, o movimento republicano nas ilhas permitiu uma maior articulação entre exilados políticos, adesão de grandes roceiros e críticos à administração colonial. A Liga dos Interesses Indígenas manteve na localidade

uma posição ambígua entre os ilhéus e africanos derivados de outras colônias portuguesas, pois defendia uma separação de direitos entre os dois grupos na qual privilegiaria os residentes originários da localidade. Nesse território observou-se o aparecimento de três vertentes de publicações: gazetas de europeus contrários à metrópole, periódicos nativistas e jornais de europeus pró-governos.

Na Guiné, diferente das outras colônias, não apareceram títulos com distintas orientações políticas. Isadora de Ataíde observou que os noticiários surgidos durante a República deram suporte ao governador, mesmo apontando suas deficiências administrativas. Não apareceram periódicos em defesa dos nativos devido ao desenvolvimento incipiente de uma elite africana, de um protagonismo maior da Liga Guineense e a presença do Estado através da impressão das gazetas. Desta forma, a imprensa não se afirmou como espaço de reivindicação política, discussão ou negociações naquele território.

Em Moçambique e Angola, colônias com maior avanço de ocupação e desenvolvimento português, observou-se a criação de diversos sindicatos, associações culturais, partidos políticos e grêmios locais. No primeiro, tivemos o aparecimento do Grêmio Africano de Lourenço Marques (1908) que era a principal entidade reivindicativa na capital de Moçambique para as demandas dos assimilados, colonos e africanos. Já em Angola, apareceu a Liga Angolana e o Grêmio Africano, que funcionaram articulados com grupos de africanos residentes em Lisboa. Nas duas localidades, Isadora de Ataíde demonstrou como o associativismo utilizou a imprensa como forma de reivindicação e luta política. Diversos jornais se proliferaram nas localidades criticando o ensino empreendido nas colônias, as políticas econômicas, a discriminação institucionalizada pelo colonialismo e as mazelas da República. Entretanto, alguns dos periódicos possuíam uma articulação pró-governo ou orientação de partidos políticos da metrópole, como no caso de *A Província* (1914-1919), publicado em terras angolanas com diretrizes do Partido Evolucionista.

Em sua última parte, *A Imprensa no Estado Novo*, Isadora de Ataíde Fonseca afirma que, até 1930, a imprensa na África desempenhou um papel extremamente crítico e reivindicativo, mesmo com a censura e a legislação da imprensa em vigor. A partir da década de 1940, os jornais começaram a ser instrumentalizados pelo Estado Novo para a propagação da ideologia do regime político.

Antes da ditadura do Estado Novo, várias legislações coloniais foram implementadas nos espaços coloniais como, por exemplo, *Estatuto Político, Civil e Criminal dos Indígenas de Angola e Moçambique*, em 1926, que posteriormente foi estendido para a Guiné (1929), que colocava o trabalho como condição “moral” na primeira etapa da busca da cidadania pelos indivíduos. O grande marco, de

acordo com a autora, para a constituição do Império Colonial Português foi o Ato Colonial de 1930, que advogava a manutenção absoluta do colonialismo em África.

Os jornais nesse primeiro decênio do novo regime fizeram uma política de combate ao racismo, denunciavam as dificuldades estruturais nas colônias, mazelas administrativas e foram um espaço de manifestações literárias para criticar o Estado Novo e suas lideranças. Já na década de 1940, a imprensa passou a ser fortemente aparelhada pelo regime político e diversos simpatizantes do Estado Novo começaram a ocupar as direções de diversos periódicos nas colônias africanas.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial e o começo da Guerra Fria, a manutenção dos impérios coloniais europeus ficou insustentável. As principais superpotências, Estados Unidos e União Soviética, eram contra as práticas coloniais por quererem as novas localidades em suas órbitas de influência. Além disso, diversos países europeus ficaram completamente devastados com o fim do conflito bélico e não conseguiam mais permanecer com suas colônias.

No caso português, na década de 1950, novas lideranças africanas apareceram e começaram suas articulações em prol das independências da sua localidade. Uma das principais instituições que permitiu o contato de vários líderes das mais diversas colônias portuguesas foi a Casa dos Estudantes do Império, por onde passaram Agostinho Neto, Mário Pinto de Andrade, Amílcar Cabral, Pedro Pires, Marcelino dos Santos, Sérgio Vieira, Miguel Trovoada e outras figuras chaves na luta de libertação colonial.

Diversos grupos guerrilheiros apareceram na década de 1960 e deram início à luta armada em suas localidades como, por exemplo, o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), o Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe (MLSTP) e o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC). A imprensa que havia sido aparelhada pelo Estado Novo nas colônias fez propagandas contrárias à busca pela independência e utilizava falsas notícias para prejudicar a imagem das lideranças locais, dos grupos armados, e associou os movimentos com o comunismo ou o socialismo, conceitos tratados como uma ameaça para os valores do Estado Novo. Além disso, Portugal empreendeu uma política belicista que durou anos contra seus territórios coloniais, que acabaram intensificando as demandas por independência.

Com a Revolução dos Cravos, em 25 de abril de 1974, pondo fim ao Estado Novo português e à guerra colonial, foram acertados os processos de independência das colônias portuguesas em África. Diversos periódicos que eram em

prol do regime desapareceram e deram espaços para novos periódicos que ajudaram na administração de suas localidades.

O trabalho de Isadora de Ataíde Fonseca é imprescindível para se investigar a imprensa, o jornalismo na África e o próprio período colonial nas localidades. A autora demonstrou que as dinâmicas da imprensa eram um reflexo do contexto sociopolítico do Império Colonial e que as práticas jornalísticas se modelaram ao perfil determinante em cada regime.

Mostrando ser uma grande pesquisadora da temática, ela conseguiu traçar que o perfil da imprensa na época colonial era de uma demanda política dirigida por uma elite vinculada às forças sociais e ao Estado; que as gazetas desempenham papéis liberais e autoritários de acordo com a orientação do regime instituído; paralelismo político devido às forças sociais em períodos mais democráticos e expressando apenas o regime e os governos nos períodos ditatoriais; que a atividade jornalística estava articulada com a militância política e sua profissionalização foi incipiente.

A obra *A Imprensa e o Império na África Portuguesa (1842-1974)* de Isadora de Ataíde Fonseca permite uma frutífera reflexão sobre as problemáticas coloniais e as agências locais. Em sua configuração atual, a obra já responde a uma importante demanda sobre a necessidade de estudos sobre a imprensa no continente africano.

Thiago Henrique Sampaio

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP)

Av. Dom Antonio, 2100

Parque Universitário - Assis/SP, Brasil

thiago.sampaio92@gmail.com

ORCID: 0000-0001-9423-8949

CRedit: Investigação

Recebido: 30 de setembro de 2022

Aceite: 26 de outubro de 2022